

Processo: **021.449/2009-9**  
 Natureza: TCE  
 Assunto: Saneamento de comunicação.

1. Trata-se de saneamento de comunicação, conforme o quadro abaixo:

Item	Responsável	Histórico			Observação	
		Sim	Não	NA		
1.1	Cléia Maria Trevisan Vedoin	Responsáveis solidários?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Peça 49.
		<b>Pesquisa de endereço</b>				
		Procurador?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Peças <b>53</b> (vigência: 15/3 a 14/5/13), <b>92 e 122</b> (vigente a partir de 15/5/13).
		Responsável?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Peça 337.
		Espólio ou sucessor?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	-
		Representante legal da empresa?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	-
		<b>Acórdão - comunicações</b>				
		<b>Acórdão 1085/2013-2C – condenatório (peça 49).</b> Notificação de dívida: peças 62 e 77.				
		<b>Acórdão 3033/2013-2C (peça 93).</b> Embargos de declaração opostos por Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior em face do Acórdão 1085/2013-2C. <b>Decidiu o Tribunal: a)</b> conhecer os presentes Embargos de Declaração, com fulcro nos artigos 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992; <b>b)</b> no mérito, rejeitar os presentes Embargos de Declaração, mantendo os exatos termos do Acórdão 1085/2013-2C; <b>c)</b> retificar, de ofício, por inexatidão material, o nome do Embargante no Acórdão 1085/2013-2C, posto que o seu nome correto é Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior e não Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior. <b>Responsável solidária ao recorrente.</b> Notificação simples: peças 231 e 246. <b>A comunicação deveria ser de notificação de dívida.</b>				
		<b>Acórdão 1871/2015-2C (peça 166).</b> Recursos de reconsideração interpostos por Paulo José Sampaio Bastos e <b>Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior</b> contra o Acórdão 1085/2013-2C. <b>Recursos conhecidos, com atribuição de efeitos suspensivos (peças 85, 109, 123 e 136), e desprovidos.</b> Responsável solidária ao recorrente destacado acima. <b>Notificação simples:</b> peças 174 e 189. <b>Impropriedade na comunicação: deveria ser notificação de dívida.</b>				
<b>Acórdão 5673/2015-2C (peça 198).</b> Embargos de declaração opostos por						

<p>Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior em face do Acórdão 1871/2015-2C. <b>Recurso conhecido e rejeitado.</b> Responsável solidária ao recorrente. <b>Notificação simples:</b> peças 202 e 223. <b>Impropriedade na comunicação: deveria ser notificação de dívida.</b></p> <p><b>Acórdão 3621/2016-2C (peça 226).</b> Embargos de declaração opostos por Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior em face do Acórdão 5673/2015-2C. <b>Recurso conhecido e rejeitado.</b> Responsável solidária ao recorrente. <b>Notificação simples:</b> peças 231 e 246. <b>Impropriedade na comunicação: deveria ser notificação de dívida.</b></p> <p><b>Acórdão 586/2019-P (peça 304).</b> Recurso de revisão interposto por Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior contra o Acórdão 1085/2013-2C. <b>Recurso conhecido, sem atribuição de efeitos suspensivos (peças 262 e 265), e desprovido.</b> Notificação de dívida: <b>AR negativo (end. do advogado): peças 339 e 350.</b> AR positivo (end. da responsável): peças 341 e 345.</p>				
Os demais responsáveis/interessados/órgãos ou entidades/assessoria especial de controle interno foram notificados de acórdão (condenatório, apostilador ou recursal) proferido nos autos?	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>NA</b>	-
	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Há necessidade de comunicar à Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Min. da Economia, após o trânsito em julgado, a inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública, por período de cinco a oito anos (art. 60, Lei 8.443/1992)?	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>NA</b>	-
	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Faz-se necessário informar à Secretaria de Governo Digital do Min. da Economia, após o trânsito em julgado, a declaração de inidoneidade do licitante fraudador para participar, por até cinco anos, de licitação na Administração Pública Federal (art. 46, Lei 8.443/1992)?	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>NA</b>	-
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
<b>Responsável falecido</b>				
Diligenciou-se ao cartório para obtenção da certidão de óbito e informações sobre o espólio ou sucessor?	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>NA</b>	-
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
Diligenciou-se ao Tribunal de Justiça para obtenção de informações sobre o espólio ou sucessor?	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>NA</b>	-
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
Caso o responsável tenha falecido antes de sua citação, houve a revisão de ofício da deliberação com a finalidade de torná-la insubsistente para promover a citação do espólio ou sucessor do falecido?	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>NA</b>	-
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
Caso o responsável tenha falecido antes do trânsito em julgado do acórdão que lhe imputou multa, houve a revisão de ofício da deliberação com a finalidade de afastar a multa imposta?	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>NA</b>	-
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
<b>Análise</b>				

		<p><b>i)</b> informar ao Secef que a notificação (peças 62 e 77) do Acórdão 1085/2013-2C é válida, pois feita ao advogado que representava a responsável no período de 15/3 a 14/5/2013, conforme peças 53 (p. 2) e 92;</p> <p><b>ii)</b> notificar de dívida a responsável dos Acórdãos 3033/2013-2C, 1871/2015-2C, 5673/2015-2C, 3621/2016-2C e 586/2019-P, por meio de seu advogado, Ivo Marcelo Spinola da Rosa, no endereço de peças 122 (rodapé) e 337;</p> <p><b>iii)</b> caso a notificação do item anterior seja negativa: <b>a)</b> diligenciar à responsável em seu endereço de peça 337, para que esta informe se o advogado Ivo Marcelo Spinola da Rosa ainda a representa. Se sim, informe o endereço profissional atualizado do mesmo. Se não, se há novo procurador constituído, neste caso, apresentando a devida procuração e sua identificação na OAB; <b>b)</b> caso as respostas sejam positivas, notificar de dívida a responsável, por meio de seu procurador, dos acórdãos mencionados anteriormente. Caso as respostas sejam negativas ou se esta se mantiver silente, notificá-la pessoalmente; <b>c)</b> se todas as tentativas forem frustradas, fazer edital;</p> <p><b>iv)</b> caso não atendidas as comunicações e após o decurso de prazo, encaminhar os autos ao Secef e ao Scbex para providências.</p>
--	--	---

Item	Responsável	Histórico			Observação	
1.2	Luiz Antonio Trevisan Vedoin	Responsáveis solidários?	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	NA <input type="checkbox"/>	Peça 49.
		<b>Pesquisa de endereço</b>				
		Procurador?	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	NA <input type="checkbox"/>	Peças <b>54</b> (vigência: 15/3 a 14/5/13), <b>92 e 122</b> (vigente a partir de 15/5/13).
		Responsável?	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	NA <input type="checkbox"/>	Peça 13.
		Espólio ou sucessor?	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	NA <input checked="" type="checkbox"/>	-
		Representante legal da empresa?	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	NA <input checked="" type="checkbox"/>	-
		<b>Acórdão - comunicações</b>				
		<b>Acórdão 1085/2013-2C – condenatório (peça 49).</b> Notificação de dívida: peças 63 e 76.				
		<b>Acórdão 3033/2013-2C (peça 93).</b> Embargos de declaração opostos por Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior em face do Acórdão 1085/2013-2C. <b>Decidiu o</b>				

		<p><b>Tribunal:</b> <b>a)</b> conhecer os presentes Embargos de Declaração, com fulcro nos artigos 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992; <b>b)</b> no mérito, rejeitar os presentes Embargos de Declaração, mantendo os exatos termos do Acórdão 1085/2013-2C; <b>c)</b> retificar, de ofício, por inexatidão material, o nome do Embargante no Acórdão 1085/2013-2C, posto que o seu nome correto é Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior e não Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior. <b>Responsável solidário ao recorrente.</b> Notificação simples: peças 230 e 245. <b>A comunicação deveria ser de notificação de dívida.</b></p> <p><b>Acórdão 1871/2015-2C (peça 166).</b> Recursos de reconsideração interpostos por Paulo José Sampaio Bastos e <b>Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior</b> contra o Acórdão 1085/2013-2C. <b>Recursos conhecidos, com atribuição de efeitos suspensivos (peças 85, 109, 123 e 136), e desprovidos.</b> Responsável solidário ao recorrente destacado acima. <b>Notificação simples:</b> peças 175 e 188. <b>Impropriedade na comunicação: deveria ser notificação de dívida.</b></p> <p><b>Acórdão 5673/2015-2C (peça 198).</b> Embargos de declaração opostos por Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior em face do Acórdão 1871/2015-2C. <b>Recurso conhecido e rejeitado.</b> Responsável solidário ao recorrente. <b>Notificação simples:</b> peças 204 e 224. <b>Impropriedade na comunicação: deveria ser notificação de dívida.</b></p> <p><b>Acórdão 3621/2016-2C (peça 226).</b> Embargos de declaração opostos por Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior em face do Acórdão 5673/2015-2C. <b>Recurso conhecido e rejeitado.</b> Responsável solidário ao recorrente. <b>Notificação simples:</b> peças 230 e 245. <b>Impropriedade na comunicação: deveria ser notificação de dívida.</b></p> <p><b>Acórdão 586/2019-P (peça 304).</b> Recurso de revisão interposto por Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior contra o Acórdão 1085/2013-2C. <b>Recurso conhecido, sem atribuição de efeitos suspensivos (peças 262 e 265), e desprovido.</b> Notificação de dívida: peças 322 e 332 (<b>end. do responsável</b>). <b>Impropriedade na comunicação: não destinada ao advogado do responsável.</b></p>		
Os demais responsáveis/interessados/órgãos ou entidades/assessoria especial de controle interno foram notificados de acórdão (condenatório, apostilador ou recursal) proferido nos autos?	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>NA</b>	-
Há necessidade de comunicar à Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Min. da Economia, após o trânsito em julgado, a inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública, por período de cinco a oito anos (art. 60, Lei 8.443/1992)?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	-
Faz-se necessário informar à Secretaria de Governo Digital do Min. da Economia, após o trânsito em julgado, a declaração de inidoneidade do licitante fraudador para participar, por até cinco anos, de licitação na Administração Pública Federal (art. 46, Lei 8.443/1992)?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	-
<b>Responsável falecido</b>				
Diligenciou-se ao cartório para obtenção da certidão de óbito e informações sobre o	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	-

	espólio ou sucessor?				
	Diligenciou-se ao Tribunal de Justiça para obtenção de informações sobre o espólio ou sucessor?	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>NA</b>	-
		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
	Caso o responsável tenha falecido antes de sua citação, houve a revisão de ofício da deliberação com a finalidade de torná-la insubsistente para promover a citação do espólio ou sucessor do falecido?	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>NA</b>	-
		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
	Caso o responsável tenha falecido antes do trânsito em julgado do acórdão que lhe imputou multa, houve a revisão de ofício da deliberação com a finalidade de afastar a multa imposta?	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>NA</b>	-
		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
<b>Análise</b>					
<p><b>i)</b> informar ao Secef que a notificação (peças 63 e 76) do Acórdão 1085/2013-2C é válida, pois feita ao advogado que representava o responsável no período de 15/3 a 14/5/2013, conforme peças 54 (p. 2) e 92;</p> <p><b>ii)</b> notificar de dívida o responsável dos Acórdãos 3033/2013-2C, 1871/2015-2C, 5673/2015-2C, 3621/2016-2C e 586/2019-P, por meio de seu advogado, Ivo Marcelo Spinola da Rosa, no endereço de peças 122 (rodapé) e 337;</p> <p><b>iii)</b> caso a notificação do item anterior seja negativa: <b>a)</b> diligenciar ao responsável em seu endereço de peça 13, para que este informe se o advogado Ivo Marcelo Spinola da Rosa ainda o representa. Se sim, informe o endereço profissional atualizado do mesmo. Se não, se há novo procurador constituído, neste caso, apresentando a devida procuração e sua identificação na OAB; <b>b)</b> caso as respostas sejam positivas, notificar de dívida o responsável, por meio de seu procurador, dos acórdãos mencionados anteriormente. Caso as respostas sejam negativas ou se este se mantiver silente, notificá-lo pessoalmente; <b>c)</b> se todas as tentativas forem frustradas, fazer edital;</p> <p><b>iv)</b> caso não atendidas as comunicações e após o decurso de prazo, encaminhar os autos ao Secef e ao Scbex para providências.</p>					

Item	Responsável	Histórico			Observação	
1.3	Paulo José Sampaio Bastos	Responsáveis solidários?	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>NA</b>	Peça 49.
			<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
		<b>Pesquisa de endereço</b>				
		Procurador?	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>NA</b>	Peça 25 (vigente a partir de 17/11/2011).
	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
		<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>NA</b>	Peça 15.	
Responsável?		<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		

	Espólio ou sucessor?	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	NA <input checked="" type="checkbox"/>	-
	Representante legal da empresa?	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	NA <input checked="" type="checkbox"/>	-
<b>Acórdão - comunicações</b>					
<p><b>Acórdão 1085/2013-2C – condenatório (peça 49).</b> Notificação de dívida: peças 73 e 90.</p> <p><b>Acórdão 3033/2013-2C (peça 93).</b> Embargos de declaração opostos por Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior em face do Acórdão 1085/2013-2C. <b>Decidiu o Tribunal: a)</b> conhecer os presentes Embargos de Declaração, com fulcro nos artigos 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992; <b>b)</b> no mérito, rejeitar os presentes Embargos de Declaração, mantendo os exatos termos do Acórdão 1085/2013-2C; <b>c)</b> retificar, de ofício, por inexatidão material, o nome do Embargante no Acórdão 1085/2013-2C, posto que o seu nome correto é Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior e não Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior. <b>Responsável solidário ao recorrente.</b> Notificação simples: peças 97 e 121. <b>A comunicação deveria ser de notificação de dívida.</b></p> <p><b>Acórdão 1871/2015-2C (peça 166).</b> Recursos de reconsideração interpostos por Paulo José Sampaio Bastos e Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior contra o Acórdão 1085/2013-2C. <b>Recursos conhecidos, com atribuição de efeitos suspensivos (peças 85, 109, 123 e 136), e desprovidos.</b> Notificação de dívida: peças 170 e 192.</p> <p><b>Acórdão 5673/2015-2C (peça 198).</b> Embargos de declaração opostos por Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior em face do Acórdão 1871/2015-2C. <b>Recurso conhecido e rejeitado.</b> Responsável solidário ao recorrente. <b>Notificação simples:</b> peças 210 e 218. <b>Impropriedade na comunicação: deveria ser notificação de dívida.</b></p> <p><b>Acórdão 3621/2016-2C (peça 226).</b> Embargos de declaração opostos por Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior em face do Acórdão 5673/2015-2C. <b>Recurso conhecido e rejeitado.</b> Responsável solidário ao recorrente. <b>Notificação simples:</b> peças 239 e 251. <b>Impropriedade na comunicação: deveria ser notificação de dívida.</b></p> <p><b>Acórdão 586/2019-P (peça 304).</b> Recurso de revisão interposto por Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior contra o Acórdão 1085/2013-2C. <b>Recurso conhecido, sem atribuição de efeitos suspensivos (peças 262 e 265), e desprovido.</b> Notificação de dívida: peças 323 e 329 (end. do responsável). <b>Impropriedade na comunicação: não destinada ao advogado do responsável.</b></p>					
	Os demais responsáveis/interessados/órgãos ou entidades/assessoria especial de controle interno foram notificados de acórdão (condenatório, apostilador ou recursal) proferido nos autos?	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	NA <input type="checkbox"/>	-
	Há necessidade de comunicar à Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Min. da Economia, após o trânsito em julgado, a inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública, por período de cinco a oito anos (art. 60, Lei 8.443/1992)?	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>	NA <input type="checkbox"/>	-

	Faz-se necessário informar à Secretaria de Governo Digital do Min. da Economia, após o trânsito em julgado, a declaração de inidoneidade do licitante fraudador para participar, por até cinco anos, de licitação na Administração Pública Federal (art. 46, Lei 8.443/1992)?	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>NA</b>	-
		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
<b>Responsável falecido</b>					
	Diligenciou-se ao cartório para obtenção da certidão de óbito e informações sobre o espólio ou sucessor?	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>NA</b>	-
		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
	Diligenciou-se ao Tribunal de Justiça para obtenção de informações sobre o espólio ou sucessor?	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>NA</b>	-
		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
	Caso o responsável tenha falecido antes de sua citação, houve a revisão de ofício da deliberação com a finalidade de torná-la insubsistente para promover a citação do espólio ou sucessor do falecido?	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>NA</b>	-
		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
	Caso o responsável tenha falecido antes do trânsito em julgado do acórdão que lhe imputou multa, houve a revisão de ofício da deliberação com a finalidade de afastar a multa imposta?	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>NA</b>	-
		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
<b>Análise</b>					
<p><b>i)</b> notificar de dívida o responsável dos Acórdãos 3033/2013-2C, 5673/2015-2C, 3621/2016-2C e 586/2019-P, por meio de seu advogado, Davi Magalhães da Silva, no endereço de peça 25;</p> <p><b>ii)</b> caso a notificação do item anterior seja negativa: <b>a)</b> diligenciar ao responsável em seu endereço de peça 15, para que este informe se o advogado Davi Magalhães da Silva ainda o representa. Se sim, informe o endereço profissional atualizado do mesmo. Se não, se há novo procurador constituído, neste caso, apresentando a devida procuração e sua identificação na OAB; <b>b)</b> caso as respostas sejam positivas, notificar de dívida o responsável, por meio de seu procurador, dos acórdãos mencionados anteriormente. Caso as respostas sejam negativas ou se este se mantiver silente, notificá-lo pessoalmente; <b>c)</b> se todas as tentativas forem frustradas, fazer edital;</p> <p><b>iii)</b> caso não atendidas as comunicações e após o decurso de prazo, encaminhar os autos ao Secef e ao Scbex para providências.</p>					

Item	Responsável	Histórico			Observação	
1.4	Planam Indústria, Comércio e Representação	Responsáveis solidários?	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>NA</b>	Peça 49.
			<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
		<b>Pesquisa de endereço</b>				
		Procurador?	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>NA</b>	
			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	

Ltda.		<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	(vigência: 15/3 a 14/5/13), <b>92 e 122</b> (vigente a partir de 15/5/13).
	Responsável?	<b>Sim</b> <input checked="" type="checkbox"/>	<b>Não</b> <input type="checkbox"/>	<b>NA</b> <input type="checkbox"/>	Peça 338.
	Espólio ou sucessor?	<b>Sim</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não</b> <input type="checkbox"/>	<b>NA</b> <input checked="" type="checkbox"/>	-
	Representante legal da empresa?	<b>Sim</b> <input checked="" type="checkbox"/>	<b>Não</b> <input type="checkbox"/>	<b>NA</b> <input type="checkbox"/>	Peça 338.
<b>Acórdão - comunicações</b>					
<p><b>Acórdão 1085/2013-2C – condenatório (peça 49).</b> Notificação de dívida: peças 64 e 78.</p> <p><b>Acórdão 3033/2013-2C (peça 93).</b> Embargos de declaração opostos por Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior em face do Acórdão 1085/2013-2C. <b>Decidiu o Tribunal: a)</b> conhecer os presentes Embargos de Declaração, com fulcro nos artigos 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992; <b>b)</b> no mérito, rejeitar os presentes Embargos de Declaração, mantendo os exatos termos do Acórdão 1085/2013-2C; <b>c)</b> retificar, de ofício, por inexatidão material, o nome do Embargante no Acórdão 1085/2013-2C, posto que o seu nome correto é Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior e não Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior. <b>Responsável solidária ao recorrente.</b> Notificação simples: peças 236 e 248. <b>A comunicação deveria ser de notificação de dívida.</b></p> <p><b>Acórdão 1871/2015-2C (peça 166).</b> Recursos de reconsideração interpostos por Paulo José Sampaio Bastos e <b>Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior</b> contra o Acórdão 1085/2013-2C. <b>Recursos conhecidos, com atribuição de efeitos suspensivos (peças 85, 109, 123 e 136), e desprovidos.</b> Responsável solidária ao recorrente destacado acima. <b>Notificação simples:</b> peças 176 e 190. <b>Impropriedade na comunicação: deveria ser notificação de dívida.</b></p> <p><b>Acórdão 5673/2015-2C (peça 198).</b> Embargos de declaração opostos por Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior em face do Acórdão 1871/2015-2C. <b>Recurso conhecido e rejeitado.</b> Responsável solidária ao recorrente. <b>Notificação simples:</b> peças 205 e 221. <b>Impropriedade na comunicação: deveria ser notificação de dívida.</b></p> <p><b>Acórdão 3621/2016-2C (peça 226).</b> Embargos de declaração opostos por Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior em face do Acórdão 5673/2015-2C. <b>Recurso conhecido e rejeitado.</b> Responsável solidária ao recorrente. <b>Notificação simples:</b> peças 236 e 248. <b>Impropriedade na comunicação: deveria ser notificação de dívida.</b></p> <p><b>Acórdão 586/2019-P (peça 304).</b> Recurso de revisão interposto por Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior contra o Acórdão 1085/2013-2C. <b>Recurso conhecido, sem atribuição de efeitos suspensivos (peças 262 e 265), e desprovido.</b> Notificação de dívida: <b>AR negativo (end. do advogado): peças 342 e 349.</b> AR positivo (end. da rep. legal): peças 344 e 346.</p>					

	Os demais responsáveis/interessados/órgãos ou entidades/assessoria especial de controle interno foram notificados de acórdão (condenatório, apostilador ou recursal) proferido nos autos?	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>NA</b>	-
		<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
	Há necessidade de comunicar à Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Min. da Economia, após o trânsito em julgado, a inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública, por período de cinco a oito anos (art. 60, Lei 8.443/1992)?	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>NA</b>	-
		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
	Faz-se necessário informar à Secretaria de Governo Digital do Min. da Economia, após o trânsito em julgado, a declaração de inidoneidade do licitante fraudador para participar, por até cinco anos, de licitação na Administração Pública Federal (art. 46, Lei 8.443/1992)?	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>NA</b>	-
		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
	<b>Responsável falecido</b>				
	Diligenciou-se ao cartório para obtenção da certidão de óbito e informações sobre o espólio ou sucessor?	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>NA</b>	-
		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
	Diligenciou-se ao Tribunal de Justiça para obtenção de informações sobre o espólio ou sucessor?	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>NA</b>	-
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		
Caso o responsável tenha falecido antes de sua citação, houve a revisão de ofício da deliberação com a finalidade de torná-la insubsistente para promover a citação do espólio ou sucessor do falecido?	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>NA</b>	-	
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		
Caso o responsável tenha falecido antes do trânsito em julgado do acórdão que lhe imputou multa, houve a revisão de ofício da deliberação com a finalidade de afastar a multa imposta?	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>NA</b>	-	
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		
<b>Análise</b>					
<p><b>i)</b> informar ao Secef que a notificação (peças 64 e 78) do Acórdão 1085/2013-2C é válida, pois feita ao advogado que representava a responsável no período de 15/3 a 14/5/2013, conforme peças 52 (p. 2) e 92;</p> <p><b>ii)</b> notificar de dívida a responsável dos Acórdãos 3033/2013-2C, 1871/2015-2C, 5673/2015-2C, 3621/2016-2C e 586/2019-P, por meio de seu advogado, Ivo Marcelo Spinola da Rosa, no endereço de peças 122 (rodapé) e 337;</p> <p><b>iii)</b> caso a notificação do item anterior seja negativa: <b>a)</b> diligenciar à representante legal da empresa em seu endereço de peça 338, para que esta informe se o advogado Ivo Marcelo Spinola da Rosa ainda representa a pessoa jurídica. Se sim, informe o endereço profissional atualizado do mesmo. Se não, se há novo procurador constituído, neste caso, apresentando a devida procuração e sua identificação na OAB; <b>b)</b> caso as respostas sejam positivas, notificar de dívida a empresa responsável, por meio de seu procurador, dos acórdãos mencionados anteriormente.</p>					

		<p>Caso as respostas sejam negativas ou se esta se mantiver silente, notificar de dívida a empresa no endereço de sua representante legal, ato contínuo, fazer edital;</p> <p><b>iv)</b> caso não atendidas as comunicações e após o decurso de prazo, encaminhar os autos ao Secef e ao Scbex para providências.</p>
--	--	---

Item	Responsável	Histórico	Observação							
1.5	Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior	Responsáveis solidários?	<table border="1" style="width: 100%; text-align: center;"> <tr> <th>Sim</th> <th>Não</th> <th>NA</th> </tr> <tr> <td><input checked="" type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> </table>	Sim	Não	NA	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Peça 49.
		Sim	Não	NA						
		<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>						
		<b>Pesquisa de endereço</b>								
		Procurador?	<table border="1" style="width: 100%; text-align: center;"> <tr> <th>Sim</th> <th>Não</th> <th>NA</th> </tr> <tr> <td><input checked="" type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> </table>	Sim	Não	NA	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Peças <b>55</b> (vigente a partir de 19/3/2013), <b>57-58-152-259</b> (vigência: 27/3/2013 a 31/8/2016), <b>162</b> (vigente a partir de 4/12/2014), <b>165</b> (vigente a partir de 24/8/2015), <b>256-260</b> (vigente a partir de 22/7/2016).
		Sim	Não	NA						
		<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>						
		Responsável?	<table border="1" style="width: 100%; text-align: center;"> <tr> <th>Sim</th> <th>Não</th> <th>NA</th> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input checked="" type="checkbox"/></td> </tr> </table>	Sim	Não	NA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	-
		Sim	Não	NA						
		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>						
Espólio ou sucessor?	<table border="1" style="width: 100%; text-align: center;"> <tr> <th>Sim</th> <th>Não</th> <th>NA</th> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input checked="" type="checkbox"/></td> </tr> </table>	Sim	Não	NA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	-		
Sim	Não	NA								
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>								
Representante legal da empresa?	<table border="1" style="width: 100%; text-align: center;"> <tr> <th>Sim</th> <th>Não</th> <th>NA</th> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input checked="" type="checkbox"/></td> </tr> </table>	Sim	Não	NA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	-		
Sim	Não	NA								
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>								
<b>Acórdão - comunicações</b>										
<p><b>Acórdão 1085/2013-2C – condenatório (peça 49).</b> Notificação de dívida: peças 70 e 74.</p> <p><b>Acórdão 3033/2013-2C (peça 93).</b> Embargos de declaração opostos por Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior em face do Acórdão 1085/2013-2C. <b>Decidiu o Tribunal:</b> <b>a)</b> conhecer os presentes Embargos de Declaração, com fulcro nos artigos 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992; <b>b)</b> no mérito, rejeitar os presentes Embargos de Declaração, mantendo os exatos termos do Acórdão 1085/2013-2C; <b>c)</b> retificar, de ofício, por inexatidão material, o nome do Embargante no Acórdão 1085/2013-2C, posto que o seu nome correto é Romoaldo Aloísio Boraczynski</p>										

	<p>Júnior e não Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior. <b>Notificação de dívida:</b> peças 102 e 106.</p> <p><b>Acórdão 1871/2015-2C (peça 166).</b> Recursos de reconsideração interpostos por Paulo José Sampaio Bastos e Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior contra o Acórdão 1085/2013-2C. <b>Recursos conhecidos, com atribuição de efeitos suspensivos (peças 85, 109, 123 e 136), e desprovidos.</b> Notificação de dívida: peças 171 e 186.</p> <p><b>Acórdão 5673/2015-2C (peça 198).</b> Embargos de declaração opostos por Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior em face do Acórdão 1871/2015-2C. <b>Recurso conhecido e rejeitado.</b> Notificação de dívida: peças 201 e 217.</p> <p><b>Acórdão 3621/2016-2C (peça 226).</b> Embargos de declaração opostos por Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior em face do Acórdão 5673/2015-2C. <b>Recurso conhecido e rejeitado.</b> Notificação de dívida: peças 229 e 241.</p> <p><b>Acórdão 586/2019-P (peça 304).</b> Recurso de revisão interposto por Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior contra o Acórdão 1085/2013-2C. <b>Recurso conhecido, sem atribuição de efeitos suspensivos (peças 262 e 265), e desprovido.</b> Notificação de dívida: peças 314 e 315.</p>								
Os demais responsáveis/interessados/órgãos ou entidades/assessoria especial de controle interno foram notificados de acórdão (condenatório, apostilador ou recursal) proferido nos autos?	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Sim</th> <th>Não</th> <th>NA</th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><input checked="" type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table>	Sim	Não	NA		<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	-
Sim	Não	NA							
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	-						
Há necessidade de comunicar à Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Min. da Economia, após o trânsito em julgado, a inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública, por período de cinco a oito anos (art. 60, Lei 8.443/1992)?	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Sim</th> <th>Não</th> <th>NA</th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input checked="" type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table>	Sim	Não	NA		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	-
Sim	Não	NA							
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	-						
Faz-se necessário informar à Secretaria de Governo Digital do Min. da Economia, após o trânsito em julgado, a declaração de inidoneidade do licitante fraudador para participar, por até cinco anos, de licitação na Administração Pública Federal (art. 46, Lei 8.443/1992)?	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Sim</th> <th>Não</th> <th>NA</th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input checked="" type="checkbox"/></td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table>	Sim	Não	NA		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	-
Sim	Não	NA							
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	-						
<b>Responsável falecido</b>									
Diligenciou-se ao cartório para obtenção da certidão de óbito e informações sobre o espólio ou sucessor?	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Sim</th> <th>Não</th> <th>NA</th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input checked="" type="checkbox"/></td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table>	Sim	Não	NA		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	-
Sim	Não	NA							
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	-						
Diligenciou-se ao Tribunal de Justiça para obtenção de informações sobre o espólio ou sucessor?	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Sim</th> <th>Não</th> <th>NA</th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input checked="" type="checkbox"/></td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table>	Sim	Não	NA		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	-
Sim	Não	NA							
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	-						
Caso o responsável tenha falecido antes de sua citação, houve a revisão de ofício da deliberação com a finalidade de torná-la insubsistente para promover a citação do espólio ou sucessor do falecido?	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Sim</th> <th>Não</th> <th>NA</th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input checked="" type="checkbox"/></td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table>	Sim	Não	NA		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	-
Sim	Não	NA							
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	-						
Caso o responsável tenha falecido antes do	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Sim</th> <th>Não</th> <th>NA</th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>	Sim	Não	NA					
Sim	Não	NA							

	trânsito em julgado do acórdão que lhe imputou multa, houve a revisão de ofício da deliberação com a finalidade de afastar a multa imposta?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
<b>Análise</b>					
<p>i) informar ao Secef e ao Scbex que, não obstante tenha faltado o número do Acórdão 586/2019-P, no item 4 do ofício 143/2019 (peça 314), o item 1 da citada comunicação esclarece que o seu objeto é notificar o responsável dos termos deste acórdão, bem como foi encaminhada cópia da deliberação ao responsável. Dessa forma, não há que se falar em repetir a citada comunicação, por trata-se de simples inexatidão material que não compromete o teor do comunicado nem o seu direito à defesa.</p>					

Item	Responsável	Histórico			Observação	
1.6	Ronildo Pereira Medeiros	Responsáveis solidários?	<b>Sim</b> <input checked="" type="checkbox"/>	<b>Não</b> <input type="checkbox"/>	<b>NA</b> <input type="checkbox"/>	Peça 49.
		<b>Pesquisa de endereço</b>				
		Procurador?	<b>Sim</b> <input checked="" type="checkbox"/>	<b>Não</b> <input type="checkbox"/>	<b>NA</b> <input type="checkbox"/>	Peças <b>51</b> (vigência: 15/3 a 14/5/13), <b>92 e 122</b> (vigente a partir de 15/5/13).
		Responsável?	<b>Sim</b> <input checked="" type="checkbox"/>	<b>Não</b> <input type="checkbox"/>	<b>NA</b> <input type="checkbox"/>	Peça 14, p. 2.
		Espólio ou sucessor?	<b>Sim</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não</b> <input type="checkbox"/>	<b>NA</b> <input checked="" type="checkbox"/>	-
		Representante legal da empresa?	<b>Sim</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não</b> <input type="checkbox"/>	<b>NA</b> <input checked="" type="checkbox"/>	-
		<b>Acórdão - comunicações</b>				
		<b>Acórdão 1085/2013-2C – condenatório (peça 49).</b> Notificação de dívida: peças 65 e 81.				
		<b>Acórdão 3033/2013-2C (peça 93).</b> Embargos de declaração opostos por Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior em face do Acórdão 1085/2013-2C. <b>Decidiu o Tribunal:</b> a) conhecer os presentes Embargos de Declaração, com fulcro nos artigos 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992; b) no mérito, rejeitar os presentes Embargos de Declaração, mantendo os exatos termos do Acórdão 1085/2013-2C; c) retificar, de ofício, por inexatidão material, o nome do Embargante no Acórdão 1085/2013-2C, posto que o seu nome correto é Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior e não Romoaldo Aloísio Borazynski Júnior. <b>Responsável solidário ao recorrente.</b> Notificação simples: peças 235 e 247. <b>A comunicação deveria ser de</b>				

<b>notificação de dívida.</b>				
<p><b>Acórdão 1871/2015-2C (peça 166).</b> Recursos de reconsideração interpostos por Paulo José Sampaio Bastos e <b>Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior</b> contra o Acórdão 1085/2013-2C. <b>Recursos conhecidos, com atribuição de efeitos suspensivos (peças 85, 109, 123 e 136), e desprovidos.</b> Responsável solidário ao recorrente destacado acima. <b>Notificação simples: 177 e 191. Impropriedade na comunicação: deveria ser notificação de dívida.</b></p> <p><b>Acórdão 5673/2015-2C (peça 198).</b> Embargos de declaração opostos por Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior em face do Acórdão 1871/2015-2C. <b>Recurso conhecido e rejeitado.</b> Responsável solidário ao recorrente. <b>Notificação simples: peças 206 e 222. Impropriedade na comunicação: deveria ser notificação de dívida.</b></p> <p><b>Acórdão 3621/2016-2C (peça 226).</b> Embargos de declaração opostos por Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior em face do Acórdão 5673/2015-2C. <b>Recurso conhecido e rejeitado.</b> Responsável solidário ao recorrente. <b>Notificação simples: peças 235 e 247. Impropriedade na comunicação: deveria ser notificação de dívida.</b></p> <p><b>Acórdão 586/2019-P (peça 304).</b> Recurso de revisão interposto por Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior contra o Acórdão 1085/2013-2C. <b>Recurso conhecido, sem atribuição de efeitos suspensivos (peças 262 e 265), e desprovido.</b> Notificação de dívida: peças 324 e 335 (<b>end. do responsável</b>). <b>Impropriedade na comunicação: não destinada ao advogado do responsável.</b></p>				
Os demais responsáveis/interessados/órgãos ou entidades/assessoria especial de controle interno foram notificados de acórdão (condenatório, apostilador ou recursal) proferido nos autos?	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>NA</b>	-
	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Há necessidade de comunicar à Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Min. da Economia, após o trânsito em julgado, a inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública, por período de cinco a oito anos (art. 60, Lei 8.443/1992)?	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>NA</b>	-
	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Faz-se necessário informar à Secretaria de Governo Digital do Min. da Economia, após o trânsito em julgado, a declaração de inidoneidade do licitante fraudador para participar, por até cinco anos, de licitação na Administração Pública Federal (art. 46, Lei 8.443/1992)?	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>NA</b>	-
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
<b>Responsável falecido</b>				
Diligenciou-se ao cartório para obtenção da certidão de óbito e informações sobre o espólio ou sucessor?	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>NA</b>	-
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
Diligenciou-se ao Tribunal de Justiça para obtenção de informações sobre o espólio ou sucessor?	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>NA</b>	-
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
Caso o responsável tenha falecido antes de sua citação, houve a revisão de ofício da deliberação com a finalidade de torná-la	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>NA</b>	-
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	

	insubsistente para promover a citação do espólio ou sucessor do falecido?				
	Caso o responsável tenha falecido antes do trânsito em julgado do acórdão que lhe imputou multa, houve a revisão de ofício da deliberação com a finalidade de afastar a multa imposta?	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>NA</b>	
		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	-
<b>Análise</b>					
<p><b>i)</b> informar ao Secef que a notificação (peças 65 e 81) do Acórdão 1085/2013-2C é válida, pois feita ao advogado que representava o responsável no período de 15/3 a 14/5/2013, conforme peças 51 (p. 2) e 92;</p> <p><b>ii)</b> notificar de dívida o responsável dos Acórdãos 3033/2013-2C, 1871/2015-2C, 5673/2015-2C, 3621/2016-2C e 586/2019-P, por meio de seu advogado, Ivo Marcelo Spinola da Rosa, no endereço de peças 122 (rodapé) e 337;</p> <p><b>iii)</b> caso a notificação do item anterior seja negativa: <b>a)</b> diligenciar ao responsável em seu endereço de peça 14 (p. 2), para que este informe se o advogado Ivo Marcelo Spinola da Rosa ainda o representa. Se sim, informe o endereço profissional atualizado do mesmo. Se não, se há novo procurador constituído, neste caso, apresentando a devida procuração e sua identificação na OAB; <b>b)</b> caso as respostas sejam positivas, notificar de dívida o responsável, por meio de seu procurador, dos acórdãos mencionados anteriormente. Caso as respostas sejam negativas ou se este se mantiver silente, notificá-lo pessoalmente; <b>c)</b> se todas as tentativas forem frustradas, fazer edital;</p> <p><b>iv)</b> caso não atendidas as comunicações e após o decurso de prazo, encaminhar os autos ao Secef e ao Scbex para providências.</p>					

Item	Responsável	Histórico			Observação	
1.7	Unisau Comércio e Indústria Ltda.	Responsáveis solidários?	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>NA</b>	Peça 49.
			<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
		<b>Pesquisa de endereço</b>				
		Procurador?	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>NA</b>	Peças <b>92 e 122</b> (vigente a partir de 15/5/13).
			<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
		Responsável?	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>NA</b>	Peça 14, p. 1.
			<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Espólio ou sucessor?	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>NA</b>	-		
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>			
Representante legal da empresa?	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>NA</b>	Peça 14, p. 2.		
	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
<b>Acórdão - comunicações</b>						

		<p><b>Acórdão 1085/2013-2C – condenatório (peça 49).</b> Notificação de dívida: peças 69 e 75. <b>Impropriedade na comunicação: destinada ao endereço do representante legal e não ao endereço da empresa.</b></p> <p><b>Acórdão 3033/2013-2C (peça 93).</b> Embargos de declaração opostos por Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior em face do Acórdão 1085/2013-2C. <b>Decidiu o Tribunal: a)</b> conhecer os presentes Embargos de Declaração, com fulcro nos artigos 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992; <b>b)</b> no mérito, rejeitar os presentes Embargos de Declaração, mantendo os exatos termos do Acórdão 1085/2013-2C; <b>c)</b> retificar, de ofício, por inexatidão material, o nome do Embargante no Acórdão 1085/2013-2C, posto que o seu nome correto é Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior e não Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior. <b>Responsável solidária ao recorrente.</b> Notificação simples: peças 234 e 249. <b>Impropriedade na comunicação: deveria ser notificação de dívida.</b></p> <p><b>Acórdão 1871/2015-2C (peça 166).</b> Recursos de reconsideração interpostos por Paulo José Sampaio Bastos e <b>Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior</b> contra o Acórdão 1085/2013-2C. <b>Recursos conhecidos, com atribuição de efeitos suspensivos (peças 85, 109, 123 e 136), e desprovidos.</b> Responsável solidária ao recorrente destacado acima. <b>Notificação simples:</b> 181 e 187. <b>Impropriedade na comunicação: deveria ser notificação de dívida.</b></p> <p><b>Acórdão 5673/2015-2C (peça 198).</b> Embargos de declaração opostos por Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior em face do Acórdão 1871/2015-2C. <b>Recurso conhecido e rejeitado.</b> Responsável solidária ao recorrente. <b>Notificação simples:</b> peças 207 e 220. <b>Impropriedade na comunicação: deveria ser notificação de dívida.</b></p> <p><b>Acórdão 3621/2016-2C (peça 226).</b> Embargos de declaração opostos por Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior em face do Acórdão 5673/2015-2C. <b>Recurso conhecido e rejeitado.</b> Responsável solidária ao recorrente. <b>Notificação simples:</b> peças 234 e 249. <b>Impropriedade na comunicação: deveria ser notificação de dívida.</b></p> <p><b>Acórdão 586/2019-P (peça 304).</b> Recurso de revisão interposto por Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior contra o Acórdão 1085/2013-2C. <b>Recurso conhecido, sem atribuição de efeitos suspensivos (peças 262 e 265), desprovido.</b> Notificação de dívida: peças 326 e 336. <b>Impropriedade na comunicação: destinada ao endereço do representante legal e não ao endereço da empresa.</b></p>								
	Os demais responsáveis/interessados/órgãos ou entidades/assessoria especial de controle interno foram notificados de acórdão (condenatório, apostilador ou recursal) proferido nos autos?	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Sim</th> <th>Não</th> <th>NA</th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><input checked="" type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table>	Sim	Não	NA		<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	-
Sim	Não	NA								
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	-							
	Há necessidade de comunicar à Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Min. da Economia, após o trânsito em julgado, a inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública, por período de cinco a oito anos (art. 60, Lei 8.443/1992)?	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Sim</th> <th>Não</th> <th>NA</th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input checked="" type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table>	Sim	Não	NA		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	-
Sim	Não	NA								
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	-							
	Faz-se necessário informar à Secretaria de Governo Digital do Min. da Economia, após o trânsito em julgado, a declaração de inidoneidade do licitante fraudador para participar, por até cinco anos, de licitação na	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Sim</th> <th>Não</th> <th>NA</th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input checked="" type="checkbox"/></td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table>	Sim	Não	NA		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	-
Sim	Não	NA								
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	-							

	Administração Pública Federal (art. 46, Lei 8.443/1992)?				
<b>Responsável falecido</b>					
	Diligenciou-se ao cartório para obtenção da certidão de óbito e informações sobre o espólio ou sucessor?	<b>Sim</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não</b> <input type="checkbox"/>	<b>NA</b> <input checked="" type="checkbox"/>	-
	Diligenciou-se ao Tribunal de Justiça para obtenção de informações sobre o espólio ou sucessor?	<b>Sim</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não</b> <input type="checkbox"/>	<b>NA</b> <input checked="" type="checkbox"/>	-
	Caso o responsável tenha falecido antes de sua citação, houve a revisão de ofício da deliberação com a finalidade de torná-la insubsistente para promover a citação do espólio ou sucessor do falecido?	<b>Sim</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não</b> <input type="checkbox"/>	<b>NA</b> <input checked="" type="checkbox"/>	-
	Caso o responsável tenha falecido antes do trânsito em julgado do acórdão que lhe imputou multa, houve a revisão de ofício da deliberação com a finalidade de afastar a multa imposta?	<b>Sim</b> <input type="checkbox"/>	<b>Não</b> <input type="checkbox"/>	<b>NA</b> <input checked="" type="checkbox"/>	-
<b>Análise</b>					
<p><b>i)</b> considerando as impropriedades acima, notificar de dívida a responsável de todos os acórdãos prolatados nos autos, por meio de seu advogado, Ivo Marcelo Spinola da Rosa, no endereço de peças 122 (rodapé) e 337;</p> <p><b>ii)</b> caso a notificação do item anterior seja negativa: <b>a)</b> diligenciar ao representante legal da empresa em seu endereço de peça 14 (p. 2), para que este informe se o advogado Ivo Marcelo Spinola da Rosa ainda representa a pessoa jurídica. Se sim, informe o endereço profissional atualizado do mesmo. Se não, se há novo procurador constituído, neste caso, apresentando a devida procuração e sua identificação na OAB; <b>b)</b> caso as respostas sejam positivas, notificar de dívida a empresa, por meio de seu procurador, de todos os acórdãos proferidos. Caso as respostas sejam negativas ou se este se mantiver silente, notificar de dívida a empresa no endereço de seu representante legal, ato contínuo, fazer edital;</p> <p><b>iii)</b> caso não atendidas as comunicações e após o decurso de prazo, encaminhar os autos ao Secef e ao Scbex para providências.</p>					

## 2. Proposta de encaminhamento:

2.1. Pelo exposto, submetem-se os autos à consideração do Sr. Diretor da Dicom/Seproc, propondo-se:

### 2.1.1. Com relação à Cléia Maria Trevisan Vedoin, considerando a análise do subitem 1.1 acima:

**i)** informar ao Secef que a notificação (peças 62 e 77) do Acórdão 1085/2013-2C é válida, pois feita ao advogado que representava a responsável no período de 15/3 a 14/5/2013, conforme peças 53 (p. 2) e 92;

**ii)** notificar de dívida a responsável dos Acórdãos 3033/2013-2C, 1871/2015-2C, 5673/2015-2C, 3621/2016-2C e 586/2019-P, por meio de seu advogado, Ivo Marcelo Spinola da Rosa, no endereço de peças 122 (rodapé) e 337;

**iii)** caso a notificação do item anterior seja negativa: **a)** diligenciar a responsável em seu endereço de peça 337, para que esta informe se o advogado Ivo Marcelo Spinola da Rosa ainda a representa. Se sim, informe o endereço profissional atualizado do mesmo. Se não, se há novo procurador constituído, neste caso,

apresentando a devida procuração e sua identificação na OAB; **b)** caso as respostas sejam positivas, notificar de dívida a responsável, por meio de seu procurador, dos acórdãos mencionados anteriormente. Caso as respostas sejam negativas ou se esta se mantiver silente, notificá-la pessoalmente; **c)** se todas as tentativas forem frustradas, fazer edital;

**iv)** caso não atendidas as comunicações e após o decurso de prazo, encaminhar os autos ao Secef e ao Scbex para providências;

**2.1.2. Com referência a Luiz Antonio Trevisan Vedoin, considerando a análise do subitem 1.2 supra:**

**i)** informar ao Secef que a notificação (peças 63 e 76) do Acórdão 1085/2013-2C é válida, pois feita ao advogado que representava o responsável no período de 15/3 a 14/5/2013, conforme peças 54 (p. 2) e 92;

**ii)** notificar de dívida o responsável dos Acórdãos 3033/2013-2C, 1871/2015-2C, 5673/2015-2C, 3621/2016-2C e 586/2019-P, por meio de seu advogado, Ivo Marcelo Spinola da Rosa, no endereço de peças 122 (rodapé) e 337;

**iii)** caso a notificação do item anterior seja negativa: **a)** diligenciar ao responsável em seu endereço de peça 13, para que este informe se o advogado Ivo Marcelo Spinola da Rosa ainda o representa. Se sim, informe o endereço profissional atualizado do mesmo. Se não, se há novo procurador constituído, neste caso, apresentando a devida procuração e sua identificação na OAB; **b)** caso as respostas sejam positivas, notificar de dívida o responsável, por meio de seu procurador, dos acórdãos mencionados anteriormente. Caso as respostas sejam negativas ou se este se mantiver silente, notificá-lo pessoalmente; **c)** se todas as tentativas forem frustradas, fazer edital;

**iv)** caso não atendidas as comunicações e após o decurso de prazo, encaminhar os autos ao Secef e ao Scbex para providências;

**2.1.3. Quanto a Paulo José Sampaio Bastos, considerando a análise do subitem 1.3 supramencionado:**

**i)** notificar de dívida o responsável dos Acórdãos 3033/2013-2C, 5673/2015-2C, 3621/2016-2C e 586/2019-P, por meio de seu advogado, Davi Magalhães da Silva, no endereço de peça 25;

**ii)** caso a notificação do item anterior seja negativa: **a)** diligenciar ao responsável em seu endereço de peça 15, para que este informe se o advogado Davi Magalhães da Silva ainda o representa. Se sim, informe o endereço profissional atualizado do mesmo. Se não, se há novo procurador constituído, neste caso, apresentando a devida procuração e sua identificação na OAB; **b)** caso as respostas sejam positivas, notificar de dívida o responsável, por meio de seu procurador, dos acórdãos mencionados anteriormente. Caso as respostas sejam negativas ou se este se mantiver silente, notificá-lo pessoalmente; **c)** se todas as tentativas forem frustradas, fazer edital;

**iii)** caso não atendidas as comunicações e após o decurso de prazo, encaminhar os autos ao Secef e ao Scbex para providências;

**2.1.4. No que diz respeito à Planam Indústria, Comércio e Representação Ltda., considerando a análise do subitem 1.4 retro:**

**i)** informar ao Secef que a notificação (peças 64 e 78) do Acórdão 1085/2013-2C é válida, pois feita ao advogado que representava a responsável no período de 15/3 a 14/5/2013, conforme peças 52 (p. 2) e 92;

**ii)** notificar de dívida a responsável dos Acórdãos 3033/2013-2C, 1871/2015-2C, 5673/2015-2C, 3621/2016-2C e 586/2019-P, por meio de seu advogado, Ivo Marcelo Spinola da Rosa, no endereço de peças 122 (rodapé) e 337;

**iii)** caso a notificação do item anterior seja negativa: **a)** diligenciar à representante legal da empresa em seu endereço de peça 338, para que esta informe se o advogado Ivo Marcelo Spinola da Rosa ainda representa a

pessoa jurídica. Se sim, informe o endereço profissional atualizado do mesmo. Se não, se há novo procurador constituído, neste caso, apresentando a devida procuração e sua identificação na OAB; **b)** caso as respostas sejam positivas, notificar de dívida a empresa responsável, por meio de seu procurador, dos acórdãos mencionados anteriormente. Caso as respostas sejam negativas ou se esta se mantiver silente, notificar de dívida a empresa no endereço de sua representante legal, ato contínuo, fazer edital;

**iv)** caso não atendidas as comunicações e após o decurso de prazo, encaminhar os autos ao Secef e ao Scbex para providências;

**2.1.5. Relativamente a Romaldo Aloísio Boraczynski Júnior, considerando a análise do subitem 1.5 retromencionado:**

**i)** informar ao Secef e ao Scbex que, não obstante tenha faltado o número do Acórdão 586/2019-P, no item 4 do ofício 143/2019 (peça 314), o item 1 da citada comunicação esclarece que o seu objeto é notificar o responsável dos termos deste acórdão, bem como foi encaminhada cópia da deliberação ao responsável. Dessa forma, não há que se falar em repetir a citada comunicação, por trata-se de simples inexactidão material que não compromete o teor do comunicado nem o seu direito à defesa;

**2.1.6. Com relação a Ronildo Pereira Medeiros, considerando a análise do subitem 1.6 acima:**

**i)** informar ao Secef que a notificação (peças 65 e 81) do Acórdão 1085/2013-2C é válida, pois feita ao advogado que representava o responsável no período de 15/3 a 14/5/2013, conforme peças 51 (p. 2) e 92;

**ii)** notificar de dívida o responsável dos Acórdãos 3033/2013-2C, 1871/2015-2C, 5673/2015-2C, 3621/2016-2C e 586/2019-P, por meio de seu advogado, Ivo Marcelo Spinola da Rosa, no endereço de peças 122 (rodapé) e 337;

**iii)** caso a notificação do item anterior seja negativa: **a)** diligenciar ao responsável em seu endereço de peça 14 (p. 2), para que este informe se o advogado Ivo Marcelo Spinola da Rosa ainda o representa. Se sim, informe o endereço profissional atualizado do mesmo. Se não, se há novo procurador constituído, neste caso, apresentando a devida procuração e sua identificação na OAB; **b)** caso as respostas sejam positivas, notificar de dívida o responsável, por meio de seu procurador, dos acórdãos mencionados anteriormente. Caso as respostas sejam negativas ou se este se mantiver silente, notificá-lo pessoalmente; **c)** se todas as tentativas forem frustradas, fazer edital;

**iv)** caso não atendidas as comunicações e após o decurso de prazo, encaminhar os autos ao Secef e ao Scbex para providências;

**2.1.7. Com referência à Unisau Comércio e Industria Ltda., considerando a análise do subitem 1.7 supra:**

**i)** considerando as impropriedades acima, notificar de dívida a responsável de todos os acórdãos prolatados nos autos, por meio de seu advogado, Ivo Marcelo Spinola da Rosa, no endereço de peças 122 (rodapé) e 337;

**ii)** caso a notificação do item anterior seja negativa: **a)** diligenciar ao representante legal da empresa em seu endereço de peça 14 (p. 2), para que este informe se o advogado Ivo Marcelo Spinola da Rosa ainda representa a pessoa jurídica. Se sim, informe o endereço profissional atualizado do mesmo. Se não, se há novo procurador constituído, neste caso, apresentando a devida procuração e sua identificação na OAB; **b)** caso as respostas sejam positivas, notificar de dívida a empresa, por meio de seu procurador, de todos os acórdãos proferidos. Caso as respostas sejam negativas ou se este se mantiver silente, notificar de dívida a empresa no endereço de seu representante legal, ato contínuo, fazer edital;

**iii)** caso não atendidas as comunicações e após o decurso de prazo, encaminhar os autos ao Secef e ao Scbex para providências.



Secomp-2/Dicom/Seproc, datado e assinado eletronicamente

ANTONIO JOSÉ BEZERRA DE LIMA  
*TEFC – Matrícula 3787-7*